



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XX Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Do déficit democrático para crise democrática? Vicissitudes no
cenário da União Europeia**

Daniela Anacleto Maciel

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa

Brasília

2019

RESUMO

O presente trabalho busca explicar como a União Europeia migrou do longo debate de déficit democrático para o risco de uma verdadeira crise democrática. O projeto de integração europeu, fundado nos princípios de democracia liberal e direitos humanos, carecia de uma estrutura democrática representativa e legítima desde sua criação, portanto, argumento constitutivo para o debate do déficit democrático interpretado por várias vertentes. No entanto, com a chegada das crises econômica e de refugiados, em 2008 e 2015, respectivamente, o panorama do déficit democrático se restaurou para uma ascensão do nacionalismo e populismo nos Estados-membros, tendo em 2016 a saída do Reino Unido do bloco (Brexit) como um dos resultados. Portanto, diante de uma nova onda eurocética adotada por vários partidos de extrema-direita de vertente populista e nacionalista, a democracia liberal e a própria sobrevivência da integração europeia estão em risco e enfrenta uma fase crítica.

Palavras chaves: déficit democrático, crise econômica e dos refugiados, crise democrática.

ABSTRACT

This present work aims explaining how the European Union migrated from a long democratic deficit debate towards a real democratic crisis risk. The european integration project, founded upon principles of liberal democracy and human rights, lacked a representative and legitimated structure since its creation, therefore, na argument for the democratic deficit debate, interpreted by many sides. However, with the economic and refugee crisis arrival, in 2008 and 2015, the scenario of democratic deficit restored into the rise of nationalism and populism in the member states, with the withdrawl of the United Kingdom from the EU (Brexit) as one of the results. Therefore, in face of the new eurosceptic wave adopted by many far right parties of populist and nationalist aspect, the liberal democracy and the own survival of integration are at risk and under a critical phase.

Keywords: democratic deficit, economic and refugee crisis, democratic crisis.

INTRODUÇÃO

A União Europeia (UE) é um bloco de integração *sui generis*, referência de nível mais avançado no processo de integração. Após extensos esforços de coordenação política e econômica, a fim de estabelecer uma união mais pacífica entre os países e constranger a as experiências de disputas e guerras vivenciadas, o bloco avançou em vários tópicos de integração. Ainda assim, sob constantes vicissitudes, a bloco apresenta inúmeros desafios. Apesar do advento de uma união monetária e adoção de uma moeda única, a economia europeia enfrenta dificuldades em lidar com as assimetrias e desigualdades entre os países. Além da esfera econômica, a EU enfrentou e ainda enfrenta choques democráticos diante da tecnocracia das suas instituições.

A despeito das reformas instituídas por sequentes Tratados, a UE apresenta dificuldades em solucionar os problemas comuns e as imprevisibilidades que fogem das suas circunferências normativas. A instituição do Parlamento Europeu se ergueu a fim de coibir potenciais abusos de poder e garantir uma representatividade na região. No entanto, seu poder é limitado diante da estrutura de co-decisão com outras instituições europeias, como a Comissão e o Conselho. Essa questão é apenas um dos lados do extenso debate sobre o déficit democrático na UE. Por conta dessa limitação do Parlamento Europeu, a representatividade dos cidadãos é conseqüentemente afetada. Não obstante, o déficit democrático do bloco conta com a falta da participação cidadã nos processos de tomada de decisão, abrindo um gap para o questionamento da legitimidade e credibilidade das instâncias supra e intragovernamentais.

Esse chamado "déficit democrático" é emergente de uma agenda política, na qual a população entende que sua participação é cada vez mais crucial nos processos de tomadas de decisão. Esse contexto é uma consequência das transformações do século vigente, que se qualifica sob um processo de transição linear, com desafios cada vez mais inéditos e inconstantes. Por outro lado, o que alimenta ainda mais esse déficit, desde a formação do bloco, é a tecnocracia instituída na estrutura das suas instituições, que ainda assim carecem da disposição dos líderes em minimizar a falta de credibilidade.

A natureza tecnocrática, a deficiência institucional e a falta de transparência da arquitetura institucional europeia revelam sua imaturidade democrática. Tudo isso se

agravou com a emergência da crise na zona do euro em 2011 e em seguida com a crise dos refugiados, em 2015. A falta de eficiência das instituições europeias em arrefecer os efeitos negativos da crise aumentou a insatisfação dos eleitores europeus para com a integração. Isso abriu espaço para o questionamento da legitimidade e do respaldo democrático das instituições de Bruxelas.

A discussão acerca do déficit democrático na UE que se estende já há algumas décadas, envolvendo não apenas a própria configuração institucional originária, mas agora considera os desgastes da zona do euro e o problema de fronteiras gerado pelo fluxo alarmante de refugiados e migrantes na região. Essas vicissitudes colocaram em xeque a capacidade gerencial da União Europeia diante das dinâmicas externas. Com isso, a União Europeia enfrenta um momento de inconsistência, devido à exposição das fragilidades das suas instituições e das vulnerabilidades do euro. Por consequência, a resposta popular é, portanto, de súplica aos seus Estados Nacionais, em busca de um maior equilíbrio e estabilidade político-administrativo.

Dessa forma, a simpatia pelo nacionalismo ganha paulatinamente lugar no espaço político de alguns Estados membros, representando uma alternativa à população, diante da falta de confiança na gestão das suas instituições. Esse cenário foi em grande medida determinante para o desfecho do Brexit e para outras manifestações de movimentos popular-nacionalistas na França, Hungria, Holanda, entre outros no bloco. Esses movimentos são contrários à ideia de União Europeia, com vocativo à soberania e identidade nacional, o que leva ao crescente deterioramento do projeto europeu e uma crescente lógica exclusivista e protecionista na União.

Nesse sentido, considerando a insegurança e a falta de solidariedade como os vetores da ameaça democrática e do apelo aos discursos nacionalistas na região, pretende-se aqui delinear os principais eixos sobre o debate do déficit democrático, em seguida, explicar como as crises e instabilidades externas do século XXI agravaram a situação do déficit no bloco, remodelando as políticas nacionais de alguns países, e por fim em como essa conjuntura apresenta um risco para a continuidade da integração e dos valores democráticos europeus.

DEBATE DO DÉFICIT DEMOCRÁTICO NA UNIÃO EUROPEIA

Na literatura do déficit democrático, existem posicionamentos antagônicos acerca dessa discussão na União Europeia, que vão além do entendimento da teoria democrática identificada nas configurações das estruturas políticas nacionais dos Estados. Essa complexidade permite realizar uma investigação debruçada dessa temática. Considerando a extensa rede de debate dessa problemática, existem algumas visões e entendimentos distintos: a visão de que falta mecanismos mais eficientes ao Parlamento em ceder uma representatividade mais homogênea e legítima; a falta de participação cidadã nos processos de tomada de decisão, verticalizadas pelas instituições; e a falta de um mecanismo de contestação às políticas adotadas em Bruxelas e aos seus tomadores (LUCIANO; BRESSAN, 2016). Além disso, existem também autores que não acreditam na ameaça do déficit democrático no bloco.

Para os que defendem o déficit democrático, o caráter supranacional das instituições europeias instiga uma anomalia democrática na integração, considerando a debilidade dos governos nacionais em participar das tomadas de decisão nesse tipo de arranjo institucional. O design político do bloco é dominado por atores executivo, como os ministros nacionais no Conselho e as indicações governamentais na Comissão. Com isso, a tomada de decisão em Bruxelas é consistida por burocratas nacionais, sem o envolvimento adequado dos seus respectivos parlamentos. Nesse sentido, percebe-se a debilidade do Parlamento Europeu¹ em ser mais assertivo nas tomadas de decisão em Bruxelas, aliado a hipertrofia do executivo em detrimento do controle parlamentar nacional. (FOLLESDAL; HIX, 2006).

Em vista disso, ocorreram reformas no bloco desde 1980, para aumentar o poder do Parlamento Europeu, alargando seu caráter meramente consultivo no processo legislativo e constituindo maior espaço de co-decisão junto ao Conselho de Ministros. O Tratado de Lisboa foi fundamental nesse aspecto, definindo que a partir de 2014 o processo decisório da União Europeia seguiria dupla maioria. Essa iniciativa

¹ Parlamento Europeu é uma instituição integrante de uma organização internacional com estruturas híbridas de intergovernamentalismo e supranacionalismo, destinado a coibir potenciais abusos de poder e garantir uma representatividade na região.

fortaleceu os poderes de supervisão, financeiro e legislativo do Parlamento Europeu, preenchendo algumas lacunas de eficácia democrática. Apesar dos esforços do Tratado de Lisboa, o poder legislador do Conselho de Ministros ainda é superior ao do Parlamento Europeu, por conta do seu maior poder de barganha, o que mantém o grau de vulnerabilidade do Parlamento. Habermas (2012), por outro lado, aponta o Tratado de Lisboa como marco de consolidação da crise de legitimidade da UE, uma vez que é um tratado constitucional que não foi criado a partir dos cidadãos europeus e sim constituído pelas elites.

Majone (apud FOLLESDAL; HIX, 2006), por outro lado, é cético quanto ao déficit democrático na UE, todavia acredita em mudanças processuais a partir da maior transparência, do aperfeiçoamento técnico e profissional e da maior eficiência dos parlamentares, tanto no nível doméstico quanto no nível internacional. Essas medidas, segundo ele, aumentaria a credibilidade e a legitimidade da UE diante da população e, assim, não existiria o questionamento quanto ao déficit democrático. Reforçando a visão cética do déficit democrático, Moravcsik (apud FOLLESDAL; HIX, 2006), acredita que as graduais reformas adotadas nos processos de co-decisão do Parlamento Europeu junto a Comissão e o Conselho já são indícios da transparência do bloco e que por isso as instituições já são suficientemente democráticas. Ele afirma que:

Constitutional checks and balances, indirect democratic control via national governments, and the increasing powers of the European Parliament are sufficient to ensure that EU policy-making is, in nearly all cases, clean, transparent, effective and politically responsive to the demands of European citizens (MORAVCSIK, 2002, p. 605 apud FOLLESDAL; HIX, 2006, p. 544).

No entanto, apesar do Parlamento Europeu ser proclamado um órgão de representação popular e com co-decisão no bloco, algumas decisões de caráter político e monetário são regidas por procedimentos decisórios mais complexos, que muitas vezes estão distantes do entendimento popular. Concomitante, a questão da onipotência da Comissão Europeia e da decisão por unanimidade do Conselho com a disposição do veto são indícios forte do déficit democrático, pois “estes elementos de supranacionalidade contribuem para que os temas não submetidos ao Parlamento Europeu e tampouco aos parlamentos nacionais acabem por permanecer desconhecidos das populações” (DRUMMOND, 2010, p. 75). Com isso, alguns

autores questionam ainda a falta de eleições europeias como um fator crítico para dar legitimidade às instituições e sustentar a integração.

Há um claro descompasso entre o processo democrático nacional com o regional. Os cidadãos da Europa elegem seus respectivos governos nacionais, os quais indicam suas representações na instância regional em Bruxelas, em vista disso, o processo é discutido e realizado no âmbito doméstico, sem propriamente um debate ou concorrência política em nível europeu. Portanto, para alguns autores esse cenário favorece o déficit democrático do bloco, pois não refletem problemas e preocupações genuinamente europeias. Esse ponto levanta o questionamento da distância da União Europeia dos cidadãos. Moravcsik (apud FOLLESDAL; HIX, 2006) acredita que eleições europeias são irrelevantes para os eleitores europeus, uma vez que as questões que mais atraem os eleitores estão emitidas no aparato dos seus governos nacionais. Essa visão é sustentada por componentes de desinteresse ou até mesmo da falta de entendimento do aparato institucional europeu.

No que tange a falta de participação cidadã na coordenação política bloco, predomina-se a indagação da carência de um canal democrático entre a sociedade e as instituições formadoras de políticas e normas no conjunto europeu. A Comissão Europeia, por exemplo, elabora novas regras constantemente distante do palco público. Nesse sentido, entende-se déficit democrático como imperfeição dos processos de políticas públicas, como a falta de transparência, baixa participação pública, falta de “*reason-giving*”, excessiva dialética técnica e administrativa e fracos mecanismos de *accountability* (ZWEIFEL, 2002).

Essa anomalia democrática na estrutura da EU é vinculado ao *accountability* indireto do Conselho, via executivos nacionais, o qual é fraco diante dos mecanismos políticos supranacionais, uma vez que os governos nacionais podem ficar em desvantagem nas discussões. Esse controle indireto é mais eficiente nas áreas operadas por regras e tomadas de decisão intergovernamentais, como a área de segurança, cooperação policial e alguns aspectos da união monetária, do que nas áreas operadas por estruturas supranacionais, como a regulação do mercado único e as políticas de imigração.

Andreas Follesdal e Simon Hix (2006) apontam elementos essenciais para o aperfeiçoamento democrático, são eles: 1) procedimentos institucionais regulatórios; 2) competição por controle da autoridade política, fundada na deliberação; 3) em que praticamente todos os cidadãos adultos são permitidos a participação; com 4) mecanismo eleitoral aberto a preferências expressas sobre os distintos candidatos; 5) de forma que o governo é responsável pela a maioria ou pelo maior número possível da população. Essas premissas são consonantes com a abordagem de Robert Dahl, da visão de democratização dos espaços públicos, pautados no direito de contestação e participação. De forma geral, a representação do Parlamento deve permitir que os cidadãos sejam fiscais ativos das questões e decisões assumidas em Bruxelas, criando uma consciência política europeia.

O debate acerca do déficit democrático de instituições e o próprio *accountability* democrático são pautas contemporâneas e introspectivas da própria engenharia da ordem democrática. A ausência da participação cidadã nos processos de tomadas de decisão institucionais favorecem o cenário de falta de legitimidade e aceitabilidade. Essas perturbações são todas provenientes de reações à natureza tecnocrática e elitista da estrutura institucional do bloco (QUINTAS, 2015). As exponenciais reprovações das medidas adotadas pelas instituições em detrimento da aprovação popular é apenas um dos fatores críticos que atinge a legitimidade da União Europeia, ao lado de diversas outras reações contra o modelo supranacional e suas retóricas elitistas. É a partir dessa vulnerabilidade social e democrática, que se estendeu nas últimas décadas, que partidos não convencionais e *anti-establishment* estão ganhando espaço político na Europa, pois eles carregam a reversão ao elitismo das instituições do bloco.

A discussão acerca do déficit democrático na UE sempre envolveu as questões da falta de *accountability* das bancadas não eleitas, do fraco Parlamento e da falta de ligação das grandes instituições de Bruxelas com os eleitores. À exceção do Parlamento Europeu, atualmente todas as outras estruturas institucionais do bloco é constituída por indicações, o que abre espaço para o apontamento de elitismo e tecnocracia. Com essa estrutura e diante de um momento de inconsistência, proveniente de crises, como a crise da zona do euro e a crise de refugiados, a exposição

das fragilidades das instituições europeias e das vulnerabilidades do euro aumentaram a insatisfação dos eleitores europeus com a democracia.

CRISES NO BLOCO E OS DISTÚRBIOS DEMOCRÁTICOS NACIONAIS

Mesmo enfrentando os desafios do déficit democrático há décadas, a situação para a União Europeia se agravou na última década. Com a crise financeira de 2008, desencadeada do outro lado do Atlântico, a falta de respostas eficazes contra a espiral crise que se alastrava na zona do euro e os choques assimétricos desdobrados no bloco, deu lugar ao crescente descontentamento da população europeia com as instituições supranacionais. Além da fragilidade econômica, o continente se deparou com um grande fluxo migratório e de refugiados de regiões da África e do conflito da Síria para dentro da Europa. Esse fenômeno se refletiu em uma grande preocupação dos países por questões de segurança e medo do terrorismo infiltrado. Diante de tal situação, as feridas do déficit democrático se aprofundaram.

De início, a origem da crise na zona do euro não surgiu em seu território, sua gênese foi nos EUA, com a crise de hipotecas imobiliárias, que quebrou os bancos e espalhou instabilidade para todo o sistema financeiro global. A Europa foi afetada “devido à existência de investimentos no setor imobiliário dos Estados Unidos por investidores europeus” (MANZI, 2013, p. 43), de forma que a interdependência desse setor financeiro fragilizou os países do bloco, especialmente aqueles com sua economia mais frágil, como a Grécia e Portugal.

Em 2008 e 2009, para deter o agravamento da crise financeira dos EUA, os Estados europeus não reagiram de forma organizada para auxiliar seus bancos. Isso deteriorou as finanças públicas de muitos países da zona do euro e prejudicou bastante a confiança do mercado na solvência de alguns estados, como Irlanda e Grécia. No final de 2009, a “crise da dívida” eclodiu em diversos estados, ameaçando a credibilidade e a continuidade da zona do euro (COSTA, 2017, p. 47).

Havia, de fato, um fardo na economia da UE, por conta do fraco desempenho de algumas economias nacionais da zona do euro, consequência da assimetria entre os

países da UE, o que contribuiu para o fracasso das políticas econômicas de estabilidade. Stiglitz (2016) acredita que a Europa adotou uma moeda única de forma errônea, sem criar as devidas instituições correspondentes para o funcionamento adequado às suas diversidades, o que resultou apenas em divergências, com uma lacuna entre ricos enriquecendo e pobres empobrecendo.

Não obstante, o problema se agravou com as medidas assistenciais à crise prescritas pelo grupo denominado Troika, formado pela UE, o Banco Central Europeu (BCE), e o Fundo Monetário Internacional. O Troika adotou políticas de resgate do euro, forçando os governos das economias mais fragilizadas, como Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha a reduzirem os seus gastos, incluindo a de programas públicos. As medidas de austeridade impostas impulsionaram e potencializaram as rejeições sobre a integração europeia (MOVROZACHARAKIS *et al.*, 2017). As imposições de condições de assistência a países colocam os cidadãos de mãos atadas, sujeitos muitas vezes às falhas dessas mesmas instituições. A economia Irlanda foi o exemplo de país à beira do colapso por conta de programas de ajustes empurrados pelo Troika.

Esse contexto abriu mais espaço para o “euroceticismo”, cultivado pelos populistas de extrema direita. “The globalisation of the economy is paradoxically leading towards inward-looking attitudes, which grow stronger in periods of crisis” (CHOPIN, 2015, p. 3). Para Emmanuel Mavrozacharakis *et al* (2017), além dos impactos negativos da austeridade adotada sobre a EU, o forte controle alemão na zona do euro agrava a situação do déficit democrático, uma vez que afeta a balança de poder nas instituições Europeias. A condução alemã pela estabilidade econômica e suas reformas no bloco durante a crise se provou fraca, o que fortaleceu a resposta negativa da população. A insatisfação e descontentamento da população com as reformas de austeridade promovidas pela Alemanha agravou as debilidades sociais de credibilidade do bloco.

Não obstante ao débil cenário socioeconômico e sua amena recuperação, a União Europeia enfrentou mais um desafio em 2015, quando o fluxo de migração para a Europa subiu freneticamente de dimensão, atingindo números alarmantes, por conta de variados fatores. As variáveis que contribuíram para a intensificação do fluxo migratório foram em grande medida devida à fuga popular da guerra civil na Síria e

do avanço do grupo terrorista autoproclamado de Estado Islâmico. Também os conflitos e a contínua violência na África e Oriente Médio impulsionaram a migração forçada de parcela da população, estimulando o processo de mobilidade Sul-Norte (FERREIRA, 2016).

Os índices desse fluxo vinham escalando desde 2011, diante do contexto da primavera árabe, no entanto, foi em 2015 que esse fenômeno atingiu seu maior pico e foi se tornando cada vez mais complexo (FERREIRA, 2016). A OMM, em seu site oficial, relatou 212,617 chegadas na Europa em 2016, sendo 206,400 por oceano e 6,217 por terra. Além deste quadro, também foi alistado 2,856 pessoas mortas/perdidas no Mediterrâneo.

Dados recentes (Organização Mundial para Migrações)

(Atualizações de 06 de junho de 2016)

Países da primeira chegada à Europa

Países	Chegadas		Porcentagem de mudança
	23 Maio – 29 Maio	30 Maio – 6 Junho	
Itália	13,545	710	-95%
Grécia	286	340	19%
Bulgária	304	325	7%
<i>Soma de Chegadas</i>	14,135	1,375	-90%

As principais nacionalidades de chegada no mês de maio:

Para a Itália: Nigéria, Gâmbia, Senegal, Guiné, Costa do Marfim.

Para a Grécia: a Síria, Iraque, Afeganistão, Paquistão, Irão.

Para Bulgária: Iraque, Síria, Afeganistão.

É possível observar a partir da tabela acima que a maioria dos refugiados e migrantes chegam pela Grécia e Itália, estes são os países afetados em maior grau pelos efeitos da crise. Ainda assim, outros países foram sendo atingidos pela onda migratório, dividindo a população acerca do fenômeno. Os migrantes enxergam a Europa como um potencial econômico e social de apoio e tentam por isso tentam adentrar no território. De acordo com Janning (2017) a aprovação popular da política migratória da EU diminuiu diante desse cenário, tendo em vista que a variável que mais instabilizou a UE nesse sentido foi a carência de medidas comuns em matéria de asilo e migração na união. Logo, mediante essa lacuna, os países se divergiam de opinião no momento de enfrentar o assunto, assumindo medidas unilaterais.

A disponibilidade dos Estados europeus em aceitarem requerentes de asilo era cada vez mais enfraquecida. De acordo com Teresa Cierco (2018), diante dessas situações, os Estados-Membros buscam proteger seus próprios interesses, abandonando os princípios como a solidariedade, a unidade e até infringindo as condições e valores de direitos humanos. A questão está que apesar de signatário de variados Tratados de asilo e pela sua fundação no princípio da solidariedade, o velho continente se encontrou em uma situação de dificuldade no seu ordenamento interno perante à disponibilidade dos Estados em dar asilo para quantidade estratosférica de imigrantes e refugiados, enfrentando ao mesmo tempo uma crescente resistência nacional diante de tal fenômeno (FERREIRA, 2016).

A distinção entre refugiado e migrante se ofusca diante de um cenário tão complexo e globalizado, considerando as variadas condições de fuga dos indivíduos de seu país de origem. O discurso de extrema-direita logra dessa situação para implantar a reversão aos refugiados, alegando a questão da identidade cultural e da ameaça terrorista, por vezes ditada como exclusividade étnica muçulmana. Marchi e Bruno (2016) afirmam que a crise dos refugiados apresenta uma nova preocupação de identidade ameaçada pela “islamização da Europa”. Tendo isso em consideração, aliado ao medo europeu de que o tamanho influxo no número de refugiados pode comprometer sua segurança, tem-se, portanto, um consecutivo aumento da xenofobia.

As percepções equivocadas de que os refugiados representam um perigo são generalizadas e polarizam a população em matéria de aceitação. Nesse sentido, a

segregação social de grupos não europeus recém-chegados à Europa pode abrir margem para marginalização e radicalização na sociedade, uma vez que há rejeição no lugar de uma correta integração e adaptação. Essa fragilidade é aproveitada como fonte de disseminação dos ensejos de grupos terroristas, que logram da situação para infiltrar em solo europeu. A par deste risco, o sentimento de insegurança instiga a população se identificar com soluções mais rígidas capazes de garantir sua proteção (PEREIRA, 2016).

Ademais, percebe-se que a gestão da UE da migração se choca, particularmente, com a questão da gestão das fronteiras dos Estados Nacionais, o que gera um paradoxo entre segurança, soberania e integração. Esse contexto já provoca um distúrbio na coesão da UE, uma vez que a abordagem da integração é contraste direto da lógica de soberania absoluta. Segundo Matias (2005), organizações intergovernamentais ou supranacionais, como é no caso da UE, são sujeitos à perda em maior ou menor grau da soberania estatal em prol da integração. Por conta disso, a soberania, neste contexto de instabilidade, torna-se um dos principais vetores de crítica pelos Estados Nacionais e por grupos contrários a integração, que se apoderam da visão de Estado forte e soberano que deve se dedicar à cooperação no lugar da integração.

A partir desse amálgama de crises, aliada à ineficiência dos Estados em cumprirem com o papel de solidariedade comum da EU e sobrecarregando responsabilidades assimétricas nos membros, houve como resposta dos Estados-membros medidas reacionárias aos princípios de livre circulação do acordo Schengen. É a partir do Acordo de Schengen que membros da União Europeia, cooperam juridicamente para a livre circulação de pessoas (GRECO, 2017). No entanto, tal fundamento do tratado foi alvo de críticas ferrenhas da população em meio à crise migratória e de refugiados, e ainda com os eventos de atentados terroristas que atingiram alguns países. Um dos exemplos foi com “os atentados de 13 de Novembro de 2015 em Paris, França, [que] enfatizam ainda mais os medos da população europeia, com as forças de extrema-direita a catapultarem a sua relevância e a levarem os governos nacionais a endurecerem as suas posições” (RIJO, 2017, p. 117, alteração nossa).

Diante desses desafios, grupos céticos ao projeto de integração Europeu estão se fortalecendo através do continente. Segundo Bertoncini (2017), a combinação da polarização econômica na Europa, devido aos impactos assimétricos da crise econômica, com a abertura aos refugiados gerou um efeito de crise de identidade. Esse fenômeno, segundo o autor, intensifica o sentimento de perda do controle e a separação entre o “eu” e o “outro”, o que pode levar ao apelo pelo autoritarismo como resposta de proteção à “ordem” e *status quo*. Gonçalves (2017) acredita que esse fenômeno de crise de identidade é uma reação conservadora às tendências da globalização e do projeto de integração europeu.

Com isso a União Europeia vem apresentando uma transição partidária nos últimos anos, com maior espaço de voz e adesão de partidos não “convencionais” e *anti-establishment*. Esses grupos estão gozando da ferida causada pelas crises na população e assumindo um discurso anti elitismo contra às instituições europeias, com fortes críticas às medidas de austeridade e de assistência financeira assumidas em Bruxelas (BERTOCINI, 2017).

A questão da interferência de Organizações Internacionais (OIs) nos assuntos econômicos domésticos durante a crise do euro contribuiu para reversão cada vez maior dos europeus pela ideia de integração. Em virtude disso, os grupos anti-Europa e os partidos nacionalistas de extrema –direita exploram dessa insatisfação, fomentada pela fragilidade econômica e social do bloco. Algumas das bandeiras levantadas nessa onda eurocética são formadas por um público que é contra a entrada de novos membros na UE; contra a existência do mercado único; defensores da preservação do modelo Estado-nação; apontam a EU como uma democracia fraca; e são abertamente contra imigração, pelo fator segurança (QUINTOS, 2015).

Percebe-se ainda, uma crescente deficiência democrática das instituições supranacionais em serem representativas e responsáveis diante das dinâmicas externas instáveis, aumentando cada vez mais a perda da legitimidade e credibilidade dessas instâncias. Segundo Greco (2017), a crise interna da UE é em virtude de crises e desafios externos, pois a crise migratória por si é resultado de um contexto de instabilidade do Oriente Médio e da região do norte da África, com pouca influência da UE no local. Os crescentes ataques terroristas na Europa também foram

provenientes de grupos radicais do Oriente Médio. Todos esses fatores colocaram, portanto, em xeque a capacidade das instituições de Bruxelas em enfrentarem a crise, o que só apontou para falhas e uma crescente falta de *accountability* democrático.

Esse conjunto de vicissitudes está reconfigurando a geopolítica da UE, um espaço que pretendia harmonizar a cooperação está sob uma tempestade de legitimidade das suas instituições nos Estados nacionais. Um importante aspecto dessa metamorfose, fruto da crise, foi o crescente anseio popular por maior prestação de contas ao público de políticas de regulamentação que antes se endereçavam apenas ao interesse de especialistas e técnicos. Com o prolongamento erosivo dessas deficiências, a União Europeia se deparou com uma amputação, o Brexit, ação que retirou o Reino Unido do bloco, a partir da realização de um plebiscito doméstico em 2016. Há grande receio de outros membros seguirem os passos do Reino Unido.

A CRISE DEMOCRÁTICA E EFEITO “EXIT” DO BLOCO?

Por consequência da conjuntura de crises, o bloco europeu caminha para um novo desafio, de preservação da integração europeia e da zona do euro. Há um novo panorama no continente entre aqueles que são a favor da ideia de uma sociedade global, do livre-comércio e da livre circulação de pessoas contra os que não são. Essa mudança dramática no debate sobre a sobrevivência da União Europeia e sua coesão democrática está diante de uma roupagem política arriscada assumida em alguns países.

Kelemen (2017) aponta que o entendimento de déficit democrático na UE está além dos pressupostos da falta de participação popular e de *accountability* político no bloco, ou da ausência de uma esfera pública comum no nível europeu. Segundo sua visão, a crescente transferência de autoridade de governos nacionais democráticos para uma União Europeia não democrática constituiu uma ameaça democrática por toda Europa. O que o autor busca explicar é que a demasiada concentração, assim por ele definido, da literatura sobre as limitações democráticas do bloco desviou a atenção das verdadeiras ameaças democráticas no nível nacional dos Estados membros. A

inclinação de alguns Estados para o autoritarismo são o verdadeiro desafio de déficit democrático da região, especialmente diante das novas tensões emergidas das crises mencionadas no tópico anterior.

Por conta das instabilidades no bloco e como reação ao avanço do modelo de integração europeia, alguns Estados-membros mudaram sua forma de governo, ao exemplo da Hungria e Polônia, apontando para um crescente movimento de contra-revolucionários (BLOCKMANS, 2017). Além desses países, outros Estados-membros vivenciam algumas transições partidárias para os mencionados partidos *anti-establishment*, que defendem uma lógica de “nativos” contra “os outros” (JANNING, 2018). A crescente simpatia por esses partidos não convencionais e nacionalistas é uma resposta da população contra a falta de controle das instituições europeias em garantirem segurança e estabilidade na região em função das crises, assim, diminuindo a confiança e coesão social do bloco (QUINTAS, 2015). Segundo Janning (2018), há um declínio na coesão da UE, que expõe um engajamento cada vez mais inibido no bloco. O mesmo autor entende que a narrativa de “nós contra eles” assumidas pelos partidos populistas envolve mais a questão de identidade e soberania do que a questão da situação econômica.

Um dos desdobramentos dessa situação ocorreu com o Brexit, terminologia adotada para indicar a ação de saída do Reino Unido como membro da União Europeia. Em 2013, o primeiro ministro do Reino Unido, David Cameron, decidiu anunciar a realização de um referendo para decidir a permanência dos britânicos na União Europeia. Naquele momento David Cameron não logrou da sua tentativa, a qual ficou por conta da sucessora Theresa May se dedicar (COSTA, 2017). Na sua campanha, as críticas sobre a questão dos refugiados foram centrais para o referendo do Brexit, mesmo com o Reino Unido não fazendo parte do Espaço Schengen. Nesse sentido,

Beyond the far-right xenophobic propaganda which was essentially relied on fear and partly on the promotion of enemy figurines, the result of the referendum in the UK reveals that the European institutions have lost their real meaning, as a result of the undemocratic procedures followed by the EU leadership which ignore the social needs and follow faithfully the interests of multinational companies and banks (MAVROZACHARIKS *et al*, 2016, p. 4).

Em 23 de junho de 2016, a votação pelo Brexit, saída do Reino Unido da UE, foi aprovada com o número de 51.89 por cento da maioria. Em grande medida, a

dificuldade das instituições europeias em reduzir os efeitos negativos da crise econômica e dos refugiados foi um fator crucial para aumentar a sensação de medo e alimentar a visão anti – Europa nos britânicos. Por isso um dos slogans de campanha do Brexit se referiu a “*take back control*”, ou seja, a retomar o controle das fronteiras com apelo crescente à necessidade de soberania das suas próprias leis e economia (MAVROZACHARIKS *et al*, 2016). Além desse argumento decisivo para o desfecho do Brexit, a questão da austeridade alemã também exerceu um papel importante para potencializar o discurso contra a integração.

Essa retórica não está distante da realidade de outros países. Não foram apenas eleitores britânicos que se queixavam da integração, outros países e alguns grupos isolados também rezingam a ideia da União Europeia. As manifestações de movimentos popular-nacionalistas na França, Hungria, Holanda, entre outros no bloco se posicionam contrários à ideia de União Europeia, com vocativo à soberania e identidade nacional. Acredita-se que o movimento nacionalista é uma possível alternativa de frear a percepção popular da perda da soberania e do controle das suas questões internas (HOFMEISTER; FRIEDEK, 2018).

Desse modo, a União Europeia, vitrine do processo de integração mais consolidado, é palco de uma conjuntura instável, sob urgência de adaptações. Uma vez que os movimentos nacionalistas e anti-Europa avançam, os riscos do efeito “exit”, iniciado pelo Brexit, são mais suscetíveis e podem colocar toda o processo de integração em risco. Greco (2017, p. 2) afirma que

anti-EU parties do not seem to be on the brink of taking power, they have often been able to reshape politics, by, in particular, inducing mainstream parties, notably center-right ones, to embrace some of their anti EU-claims centered on the need to preserve national sovereignty.

É com essa asserção que os cidadãos europeus estão inclinados a defender com a nova face nacionalista e populista da região.

Um exemplo dessa ascensão nacionalista pode ser identificado no partido francês *National Front* (FN), estabelecido em 1972 pelo líder Jean-Marie Le Pen, defensor do protecionismo econômico, anti-imigração e eurocético. A filha do fundador, Marie Le Pen, ganhou notoriedade nas eleições presidenciais da França em 2017, defendendo plataformas mais radicais contra imigração, com árduo apelo à

soberania nacional e contra o supranacionalismo. Outros partidos como o Partido para a Liberdade na Holanda, o Partido da Liberdade da Áustria e outros na República Checa e Alemanha, também partilham da campanha anti-Europa, similares ao do FN (GONÇALVES, 2017). Para Chopin (2015), a difusão desses discursos constitui um verdadeiro risco democrático para os Estados-membros, além dos partidos usarem dessa nova visibilidade para defender a saída da integração. Segundo Hofmeister e Friedek (2018, p. 3),

What makes these movements populist apart from nationalist is their questioning of some of the fundamental principles of the rule of law and the neglect of the protection of minority rights as well as their disregard for the rights, duties and responsibilities the Member States of the European Union have committed themselves to.

Essa onda eurocética converge para uma retórica populista com múltiplas razões, desde a questão do nacionalismo dos “ricos” na Catalunha e no norte da Itália ao retorno das inspirações nacionais na Europa Central e nas formas mais autoritárias desse fenômeno na Hungria (CHOPIN, 2015). Esse revivamento nacionalista e populista foi preenchido pelas brechas do déficit democrático da UE, uma vez que a falta de um canal de credibilidade e confiança da população nas instituições europeias foi paulatinamente se deteriorando com as condições das crises e abrindo espaço para alternativas mais autoritárias. Segundo Chopin (2015, p. 3)

the return of populism reflects a crisis of representation – in the completest sense of the term – which is no longer fulfilling its role of representing European societies, which have become individualistic and highly fragmented. In consequence the temptation to revive old images of the population and the nation in a bid to rekindle the flawed feeling of a protective, reassuring identity and to recover the sense of belonging to a community.

Esse escopo exhibe uma configuração democrática polêmica para a integração europeia e o Brexit foi apenas um ensaio desse cenário fragmentado. Segundo Crum (2013), para combinar democracia com globalização econômica é preciso “globalizar” as instituições, que nas palavras de Habermas (2012) seria por meio da soberania e cidadania transnacional. Neste caso, a comunidade internacional de Estados deve evoluir para uma comunidade política de cidadãos e Estados, por meio da transnacionalização da soberania popular e do fortalecimento do direito positivo supranacional, sem interferência da identidade na formação democrática da cidadania.

No entanto, o que se testemunha é uma aversão à essa possibilidade, uma vez que os Estados estão buscando garantir sua autonomia e poder político de decisão por filtros nacionalistas.

Assim, o efeito “exit” experimentado pelo Reino Unido pode ser uma referência ou um “ponta-pé” para outros países seguirem a mesma linha, colocando em xeque a integração do velho continente. Segundo Martill e Staiger (2018), os efeitos do Brexit não vão se frear nas fronteiras do Reino Unido. Para os autores, com esse resultado, a balança de poder entre os outros Estados-membros está sujeita à mudança em seus norteamientos políticos e ideológicos, assim como nos seus padrões de alianças e de eleições. Bickerton (2018) enxerga o Brexit como a ponta de um *iceberg*, sendo apenas uma porção visível de uma fundação bem mais extensa e complexa. Segundo o autor:

What we are seeing in Europe is not so much a deepening antagonism between Member States and the EU. It is rather a widespread crisis in state-society relations, where national party systems find themselves convulsed by the forces of popular disaffection and disenchantment with mainstream politics. These forces overwhelmed the UK's EU referendum and they are exerting powerful effects elsewhere in Europe (BICKERTON, p. 134).

Entende-se que a frustração dos eleitores europeus é voltada à questão do funcionamento da UE que, como explanado acima, possui caráter tecnocrático e um sistema de processo de decisão que é distante do entendimento dos cidadãos. Dessa forma, é possível observar que a ação do Brexit abriu espaço para um maior questionamento quanto às estruturas da integração, que não são frutos exclusivos desse momento, mas sim de um longo período de déficit no projeto europeu, aprofundado, segundo Martill e Staiger (2018), por três questões centrais: o euroceticismo e a crise de legitimidade, problemas estruturais na zona do euro e a crise migratória e de refugiados. Todos esses três eixos impulsionaram os grupos populistas e nacionalistas de extrema-direita na Europa a se afirmarem como alternativas para resolução das crises e gozarem de um discurso mais assertivo na população europeia.

CONCLUSÃO

O extenso e polêmico debate acerca do déficit democrático europeu conta, atualmente, com um alargamento para preocupação em torno de uma crise democrática no velho continente. A democracia triunfa sob a existência do Estado Nação, no entanto, por conta das mudanças causadas pela globalização, a deterioração do Estado Nação impõe o questionamento de como se perpetuar com o sistema democrático. Nesse sentido, a ideia do nacionalismo se choca diretamente com o processo de integração e seus valores de democracia. É nesse aspecto que a União Europeia precisa se harmonizar para garantir seus valores e perpetuar o seu projeto de integração.

As tomadas de decisão assumidas nas instituições regulatórias e normativas do nível regional engendram impactos diretos na vida da população, que em retorno apresenta um apelo crescente por *accountability* dessas entidades. Diante da exponencial complexidade das normas e dos padrões de políticas exercidas por essas instituições, o seu exercício do seu poder precisa ser legitimado e responsabilizado. Em vista disso, a prática de *accountability* é um fator que assume paulatinamente mais espaço nas agendas.

Para garantir sua estabilidade econômica e política, a UE precisa delinear caminhos que harmonizem as normas, práticas e condutas dos Estados diante das dinâmicas externas, sejam econômicas, financeiras ou políticas. A crise da zona do euro, a questão dos refugiados e os distúrbios políticos sociais nacionais são apenas sintomas de um sistema político fragilizado e carente de coesão. O déficit democrático europeu, considerado por todos os lados, é face de um claro bloqueio institucional em avançar para maior participação popular.

A garantia de sobrevivência da zona do euro, especialmente em situações de crises econômicas e financeiras é diretamente dependente de respostas e ações políticas que sejam capazes de se convergirem em políticas supranacionais coerentes, a propósito de, acima de qualquer interesse, manter a integração política, especialmente em vista do crescente euroceticismo dos cidadãos europeus. O questionamento e o descontentamento da população europeia quanto à eficácia das

instituições de Bruxelas e seu reflexo no fortalecimento da lógica nacionalista e da retórica de soberania representam críticas à existência da UE e aos seus valores mais importantes de democracia e direitos humanos.

O sentimento de incapacidade dos cidadãos perante os instrumentos de democracia na União Europeia, se desdobra no recente quadro de risco da adesão de discursos xenófobos e nacionalistas. Esse novo cenário, criado pela crise no bloco e com a difusão da doutrina populista e nacionalista nos movimentos de partidos de extrema-direita e anti Europa, não são características apenas do desfecho do Brexit, mas de toda uma estrutura institucional fraca.

O Brexit não significa ser um retrato do resto da Europa, tendo em vista que o Reino Unido sempre possuiu uma cultura política distinta do restante do continente. Ainda assim, essa nova página virada pode servir de inspiração para outros movimentos de saída do bloco, pois as causas subjacentes do Brexit existem em todos os países europeus, especialmente o medo e aversão aos imigrantes.

Esse choque de identidade instigado pela crise dos refugiados aponta para a falta de investimento em uma política de identidade europeia. As visões generalizadas de abranger todos os muçumanos como islâmicos fundamentalistas é perigosa. A sessão Ocidente-Oriente apenas alimenta a emergência de conflitos. Diante dessa instabilidade, a democracia é fragilizada, especialmente com essas justificativas se afirmando em discursos mais radicais, abrindo espaço, portanto, à direita extremista na Europa. Nesse sentido, é possível visualizar um retrato do déficit democrático e da tensão entre a governança supranacional contra a soberania nacional e da persistente crise de legitimidade.

Em suma, entende-se que a UE precisa de uma reforma urgente, a fim de constranger os movimentos anti democráticos, orientada para fortalecer os princípios e valores de solidariedade e responsabilidade. Nessa lógica, os cidadãos precisam se conscientizar dos benefícios da integração e dos valores em que a UE foi fundada, para formar bases legítimas de consenso, participação cidadã e de representatividade dentro do bloco. Além disso, uma reforma já entendida como necessária no âmbito da união econômica e do espaço Schengen precisam avançar, concomitante à conscientização cidadã dessas temáticas.

As recentes transformações políticas e sociais nas características e relações dos Estados nacionais para com a União Europeia impõem incerteza, confusão, medo e, para alguns, esperança sobre o futuro da integração. Os erros políticos e de gerenciamento categóricos expostos neste trabalho indicam as principais falhas da UE ao longo da última década em conduzir a construção de coesão e consenso no bloco, em especial no período de crise. A estrutura institucional formada na integração está debilitada e os mecanismos de formação política, econômica e social precisam de uma revisão eficaz, para restaurar o otimismo e fortalecer as premissas democráticas e de solidariedade do projeto europeu.

Em tom conclusivo, é necessário abandonar os preconceitos e paradigmas ocidente-oriental, muçulmanos-cristãos, europeus e não europeus, antes considerados como insolúveis, para que haja uma resposta positiva a longo prazo. Enquanto houver governos e indivíduos que generalizam religiões e sociedades inteiras por atos cometidos por uma minoria, o espaço para o progresso, desenvolvimento e integração entre si serão cada vez mais abatidos pelo abismo do nacionalismo. Nesse cenário, o sistema de multilateralismo é cada vez mais limitado pelas preferências de relações bilaterais e pelo protecionismo, apontando uma nova guinada na ordem internacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana Bighetti. **A crise da democracia na União Europeia: Uma resposta por Jürgen Habermas**. São Paulo: VII Seminário Discente Do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2017.

BERTONCINI, Yves. **Democratic crises in the EU: towards “new frontiers”**. Paris: Policy Paper, 2017, p. 1 – 12.

BICKERTON, Chris. “*The Brexit Iceberg*”. In: MARTILL, Benjamin; STAIGER, Uta. **Brexit and Beyond: Rethinking the Futures of Europe**. Londres: UCL Press, 2018, p. 132–137.

BLOCKMANS, Steven. “Regroup and Reform: Ideas for a More Responsive and Effective European Union”. In: COUNCIL OF COUNCILS. **Is the European Union Worth Saving? If so, what should be done?** Washington: Council of Councils Annual Conference, 2017.

LUCIANO, Bruno Theodoro; BRESSAN, Regiane N. “O problema do déficit democrático”. In: LUCIANO, Bruno Theodoro; BRESSAN, Regiane. **Integração com democracia: o desafio para os parlamentos regionais**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2016, p. 125 – 145.

CIERCO, Teresa. **Fluxos Migratórios e sua Gestão: A Perspectiva Europeia**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung e.V, 2018. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=8c8aa3eb-f6d2-b26b-b481-14beac5df9b6&groupId=252038>. Acesso em: 01/02/2019.

CHOPIN, Thierry. Euroceptism and Europhobia: the threat of populismo. Foundation Robert Schuman: **European issues**, 2015.

COSTA, Olivier. **A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão**. Brasília: FUNAG, 2017.

CRUM, Bem. Saving Euro at the Cost of Democracy? Amsterdam: **JCMS Journal of Common Market Studies**, v. 4, 2013, p. 614-630.

DAHL, Robert. Can international organizations be democratic? A skeptic’s view. In: SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDÓN, Casiano (orgs). **Democracy’s Edges**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DRUMMOND, Maria Claudia. **A democracia desconstruída: o déficit democrático nas relações internacionais e os parlamentos da integração.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

FERREIRA, Susana. Orgulho e Preconceito: a resposta europeia à crise dos refugiados. **Populismo e Migrações:** jun, 2016, p. 87-107.

FOLLESDAL, Andreas; HIX, Simon. **Why There is a Democratic Deficit in the EU: A Response to Majone and Moravcsik.** JCMS, vol. 44, n. 3, p. 533–62, 2006.

GILLINGHAM, John R. “A Speculation on the Future of Europe. ” In: MARTILL, Benjamin; STAIGER, Uta. **Brexit and Beyond: Rethinking the Futures of Europe.** London: UCL Press, 2018, p. 193-202.

GONÇALVES, David Gil. O nacionalismo personalizado: Análise dos movimentos nacionalistas na Europa (2006-2016). Lisboa: **Associação Portuguesa de Estudos Europeus**, 2017, p. 61-73.

GRECO, Ettore. “A Union at risk”. In: **Is the European Union Worth Saving? If so, what should be done?** Washington: Council of Councils Annual Conference, 2017.

HABERMAS, Jurgen. **The crisis of the European Union: a response.** Cambridge: Polity, 2012.

HOFMEISTER, Wilhelm; FRIEDEK, Martin. “Nationalism in the European Union”. In: **European Roundtable 2018.** Konrad Adenauer Stiftung: 2018.

JANNING, Josef. **Crisis and Cohesion in the EU: a ten year review.** Londres: The European Council on Foreign Relations, 2018.

LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais.** Brasília: IBRI, 2003.

MANZI, Rafael Henrique Dias. **A crise da zona do euro e os desafios do crescimento econômico.** 2013. 124f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

KELEMEN, R. Daniel. **Europe’s other democratic deficit: national authoritarianism in Europe’s Democratic Union.** Paris: Rutgers University, 2017. Disponível em: <<http://fas-polisci.rutgers.edu/dkelemen/research/Kelemendemocraticdeficit.pdf>>.

MARCHI, Riccardo; BRUNO, Guido. A extrema-direita europeia perante a crise dos refugiados. Lisboa: **Relações Internacionais**, n. 50, jun. 2016, p. 39-56. Disponível

em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000200004&lng=pt&nrm=iso

MATIAS, Eduardo Felipe Pérez. **A humanidade e suas fronteiras: do estado soberano à sociedade global.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MARTILL, Benjamin; STAIGER. "Introduction: Brexit and Beyond." In: **Brexit and Beyond: Rethinking the Futures of Europe.** Londres: UCL Press, 2018, p. 1–18.

MAVROZACHARAKIS, Emmanuel; TZAGKARAKIS, Stylianos Ioannis; KAMEKIS, Apostolos. **Brexit: A consequence of the European social and democratic deficit.** Gesis: 2017.

MIDDELAAR, Luuk van. **Europa em transição: como um continente se transformou em União.** São Paulo: É realizações, 2017.

PEREIRA, Joaquim André Gomes. **Da crise de refugiados na Europa: uma ameaça à segurança?** Dissertação (Mestrado). Lisboa: ISCP SI, 2016.

QUINTAS, Claudio Castro. **Assessing the Democratic Deficit in the EU: towards a Participatory Approach.** Universidad Lazarski em Varsovia: Varsóvia, v. 14, n. 1, 2015, p. 63-82.

RIJO, Diana Filipa Rodrigues. **A União Europeia face à crise dos migrantes e refugiados: Um ator dividido sob escrutínio.** Dissertação (Mestrado). Braga: Universidade do Minho, 2017.

STAPENHURST, Rick; O'BIEN, Mitchell. **Accountability in Governance.** Washington: World Bank, s.d. Disponível em: <<https://siteresources.worldbank.org/PUBLICSECTORANDGOVERNANCE/Resources/AccountabilityGovernance.pdf>>.

STIGLITZ, Joseph E. **The Euro: How a Common Currency Threatens the Future of Europe.** Londres: Allen Lane, 2016. Disponível em: <https://emf.neocities.org/tmp/TheEuro.pdf>

TELÒ, Mario. "UE 2008-2014: Uma boa crise? Saída da crise e democratização." In: **A UNIÃO Europeia alargada em tempos de novos desafios.** Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014, p. 23-30

TSOUKALIS, Loukas. "Crise na Europa: um catalisador para mudança?". In: **Perspectivas para o Futuro da União Europeia.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013 p. 21-28

ZWEIFEL, T. ‘ Who is Without Sin Cast the First Stone: The EU’s Democratic Deficit in Comparison’, **Journal of European Public Policy**, v. 9, n. 5, 2002, p. 812–840.